

**COSAN LOGÍSTICA S.A.**  
**CNPJ/MF nº 17.346.997/0001-39**  
**NIRE 35.300.447.581**

**Companhia Aberta**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**30 DE ABRIL DE 2015**

## ÍNDICE

<b>PROPOSTAS .....</b>	<b>3</b>
<b>ANEXO I - COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA – Item 10 do Formulário de Referência.....</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO – Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO III - REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - Item 13 do Formulário de Referência.....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO IV - INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.....</b>	<b>61</b>

**COSAN LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 17.346.997/0001-39  
NIRE 35.300.447.581  
**Companhia Aberta**

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2015, às 14:00 horas, na sede da Companhia:

*(i) Analisar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.*

Propomos que sejam aprovadas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, conforme divulgadas em 18 de março de 2015 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do sistema Empresas.NET, e em 19 de março de 2015 publicadas nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial” e “Folha de São Paulo” (as “Demonstrações Financeiras”), considerando a proposta de destinação de resultados descrita no item (ii) abaixo.

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

*(ii) Destinar o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.*

Propomos que o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 tenha a destinação abaixo prevista, a qual se encontra detalhada no **Anexo II** a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09.

O lucro líquido de R\$ 104.311.621,27 (cento e quatro milhões, trezentos e onze mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos), será destinado da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal, no valor de R\$ 5.215.581,06 (cinco milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e oitenta e um reais e seis centavos); (ii) pagamento do dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 24.774.010,05 (vinte e quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil, dez reais e cinco centavos); e (iii) constituição de Reserva Estatutária (Reserva Especial), no montante de R\$ 74.322.030,15 (setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, trinta reais e quinze centavos).

Caso o valor proposto para distribuição de dividendos seja aprovado na Assembleia Geral Ordinária que irá se realizar em 30 de abril de 2015, o pagamento deverá ser realizado em até 60 (sessenta) dias contados da data da referida Assembleia.

***(iii) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2015.***

Atendendo ao disposto no art. 12, I, da Instrução CVM 481/09, propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2015 e a se encerrar em 31 de dezembro de 2015 seja fixada no montante de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), incluindo honorários e eventuais gratificações. O valor da remuneração da administração poderá ser ajustado anualmente com base no provisionado no exercício anterior com a devida correção monetária, com base na variação do IPCA. Tal critério poderá ser utilizado para atualização em exercícios futuros.

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12, II, da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no **Anexo III** a esta proposta.

***(iv) Eleger os membros do Conselho de Administração.***

Conforme dispõe o Estatuto Social da Companhia, faz-se necessária a eleição dos membros para compor o Conselho de Administração, que terão mandato de 2 (dois) anos. A administração da Companhia propõe a eleição dos seguintes membros:

**RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO**, brasileiro, casado, engenheiro, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 4.170.972-X e inscrito no CPF/MF sob o nº 412.321.788-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 4º andar, para **Presidente do Conselho de Administração**;

**MARCOS MARINHO LUTZ**, brasileiro, casado, engenheiro, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 15.649.492-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 147.274.178-12, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, para **Vice Presidente do Conselho de Administração**;

**MARCELO EDUARDO MARTINS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 15.465.270 e inscrito no CPF/MF sob o nº 084.530.118-77, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, para **Membro do Conselho de Administração**;

**MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 75.709, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 6.762.668 e inscrito no CPF/MF sob nº 023.502.188-13, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, para **Membro do Conselho de Administração**;

**BURKHARD OTTO CORDES**, brasileiro, casado, administrador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 13.255.194-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 286.074.808-39, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 2º andar, para **Membro do Conselho de Administração**,

**HÉLIO FRANÇA FILHO**, brasileiro, casado, economista, titular e portador da cédula de identidade RG/IFP/RJ nº 04101937-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 667.149.587-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 17, apto. 402, para **Membro Independente do Conselho de Administração**; e

**MAILSON FERREIRA DA NOBREGA**, brasileiro, divorciado, economista, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/DF 214.106 e inscrito no CPF/MF sob o nº 043.025.837-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Estados Unidos, 498, para **Membro Independente do Conselho de Administração**.

No **Anexo IV** a esta proposta, a Companhia apresenta as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência relativamente aos candidatos indicados pela administração da Companhia, conforme estabelece o artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

***Informações Gerais:***

Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, por si ou por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelos serviços de ações escriturais da Companhia, e/ou agente de custódia, consoante o artigo 126 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da Assembleia, conforme indicado no respectivo Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;

- Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;

- Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia.

Até 02 (dois) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia em questão, em conformidade com o artigo 11 do Estatuto Social, o Acionista que será representado por procurador deverá depositar na sede social os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes na lei e no Estatuto Social da Companhia. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, aos cuidados de Fernanda Maria de Azevedo, na sede da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 4º andar, sala 1, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e as cópias poderão ser enviadas ao e-mail: [dep.ri@cosan.com](mailto:dep.ri@cosan.com)

Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de mandato e de representação no prazo estabelecido no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, seus representantes ou procuradores poderão participar da Assembleia, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

São Paulo (SP), 31 de março de 2015

A Administração  
**Cosan Logística S.A.**

## **ANEXO I - COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

O exercício social da Companhia segue as seguintes definições:

- **31/12/2014** - exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014 e encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- **31/12/2013** - exercício social de 9 meses, iniciado em 1º de abril de 2013 e encerrado em 31 de dezembro de 2013;
- **31/03/2013** – exercício social iniciado em 1º de abril de 2012 e encerrado em 31 de março de 2013.



**10.1 – Comentários dos diretores sobre:  
a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2013</b>
Receita operacional líquida	915.441	749.348	113.847
Lucro operacional	305.080	301.904	46.349
Lucro líquido	133.096	160.474	19.326
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	73.152	231.847	35.350
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	86.487	497.754	520.104
Empréstimos e financiamentos	784.709	705.974	713.004
Dívida líquida (1)	698.222	208.220	192.900
Patrimônio líquido	967.548	1.042.363	950.238
<b><u>Rentabilidade</u></b>			
Lucro líquido / Patrimônio líquido	13,8%	15,4%	2,0%
Liquidez corrente (2)	0,42	1,63	2,62

(1) Dívida líquida consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos de valor mobiliário de empréstimos e financiamentos.

(2) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida atingiu R\$ 915,4 milhões, crescimento de 22,2% em relação ao ano anterior, em decorrência da redução da receita de transporte, parcialmente compensada pelo aumento de elevação no porto devido ao aumento da capacidade no terminal de Santos e também em decorrência do exercício de 9 meses encerrado em 31 de dezembro de 2013. O lucro operacional foi de R\$ 305,1 milhões, crescimento de 1,1%, enquanto que as dívidas líquidas somaram R\$ 698,2 milhões ao final desse exercício, contra R\$ 208,2 milhões no final do exercício social de 31 de dezembro de 2013.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida atingiu R\$ 749,3 milhões, contra R\$ 113,8 milhões do ano anterior, um incremento de 558% devido, principalmente, ao fato de o exercício social findo em 31 de março de 2013 ser de 2 meses. O lucro operacional foi de R\$ 301,9 milhões, enquanto que as dívidas líquidas somaram R\$ 208,2 milhões ao final do exercício de 31 de dezembro de 2013.

A Companhia possui condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para manter o seu plano de negócios, para desenvolver suas atividades e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo, visto que possui um nível de alavancagem adequado e consistente geradora de caixa.

A administração da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos.

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações:**

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia (relação entre capital próprio e exigibilidades) é adequada às atividades desenvolvidas e ao setor de atuação. Tais métricas de capitalização são adequadas para obtenção de financiamentos aos bancos, permitindo à Companhia lidar com os atuais níveis de investimentos e, ao mesmo tempo, manter um perfil de dívida favorável (financiamento de prazos longos e custos baixos).

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era composta de 55,2% de capital próprio e 44,8% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Estrutura de capital

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2013</b>
Capital de terceiros (total de empréstimos e financiamentos)	44,8%	40,4%	42,9%
Capital próprio (patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores)	55,2%	59,6%	57,1%

**Em milhares de R\$**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2013</b>
Patrimônio líquido (atribuído aos acionistas controladores)	967,5	1.042,4	950,2
Endividamento bruto	784,7	706,0	713,0
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	86,5	497,8	520,1
Dívida líquida	698,2	208,2	192,9
Dívida líquida/PL	72%	20%	20%

Em 31 de dezembro de 2014 o patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores era de R\$ 967,5 milhões, redução de 7,2% em relação a 31 de dezembro de 2013, decorrente principalmente da distribuição de dividendos do exercício anterior.

O capital de terceiros da Companhia está representado pelo endividamento financeiro, registrados em seu passivo nas contas de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava um endividamento financeiro composto por empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 784,7 milhões.

O endividamento líquido no trimestre foi de R\$ 698,2 milhões, equivalente a uma alavancagem de 2,2 vezes considerando o EBITDA de R\$ 322,5 milhões dos últimos 12 meses.

O aumento no patrimônio líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, comparado com o exercício social findo em 31 de março de 2013, foi positivamente impactado pelo lucro líquido do exercício. Adicionalmente, a redução no endividamento líquido foi decorrente das liquidações de principal e encargos no período.

**(i) hipóteses de resgate**

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida consolidada e do capital circulante líquido da Companhia:

<b>R\$ mil</b>			<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2013</b>
<b>Vencimentos</b>	<b>Endividamento bruto (2013)</b>	<b>Caixa Bruto</b>	<b>Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida</b>	<b>Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida</b>	<b>Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida</b>
Curto Prazo (até 1 ano)	(127.425)	86.487	(40.938)	390.554	436.673
Longo Prazo	(657.284)	-	(657.284)	(598.774)	(629.573)
<b>Total Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>(784.709)</b>	<b>86.487</b>	<b>(698.222)</b>	<b>(208.220)</b>	<b>(192.900)</b>
			<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2013</b>
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa			72.677	52.577	116.143

e TVM (1)			
Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos (1)	(250.051)	(230.389)	(159.703)
Capital circulante líquido (“Capital de Giro”)	(177.374)	(177.812)	(43.560)

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida

A Companhia possui uma situação favorável para o cumprimento dos seus compromissos financeiros, haja vista que possui recebíveis de curto prazo maiores do que suas exigibilidades de curto prazo em R\$ 72.677 mil (R\$ 52.577 mil em 31/12/13 e R\$ 116.143 mil em 31/03/13), apresentando uma situação de capital de giro sendo financiada por terceiros, no montante de R\$ 177.374 mil (R\$ 177.812 em 31/12/13 e R\$ 43.560 em 31/03/13).

A administração acredita que as obrigações de longo prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 73.152 mil no exercício findo em 31/12/14 (R\$ 231.847 no exercício findo em 31/12/13).

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia e suas controladas utilizam regularmente as linhas de crédito do BNDES/Finame no financiamento de ativos não circulantes. O saldo dessas dívidas em 31/12/2014 era de R\$ 784.7 milhões, contra R\$ 706 milhões em 31/12/2013. O saldo dessas dívidas em 31/12/2013 era de R\$ 706 milhões, contra R\$ 713 milhões em 31/03/2013.

Acreditamos que nossa liquidez e nossa geração de caixa das operações são suficientes para suportar nossa necessidade de capital de giro.

Para maiores informações acerca de nossos contratos financeiros e nosso endividamento, vide item 10.1.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Em caso de existência desta deficiência, a administração entende que a companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.**

**(a) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um endividamento bruto de R\$ 784,7 milhões. A dívida de curto prazo, incluindo a porção corrente da dívida de longo prazo e os respectivos juros provisionados, representava 16,2% do endividamento bruto total. Adicionalmente, a totalidade do endividamento da Companhia era representado em moeda local (em milhares de Reais).

<b><u>R\$ mil</u></b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2013</b>
Finame	764.575	705.974	713.004
Finem	20.134	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>784.709</b>	<b>705.974</b>	<b>713.004</b>

**(b) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia possui relações de longo prazo com instituições financeiras que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de nossas atividades por meio do financiamento de algumas de nossas principais transações financeiras. Destacando-se o BNDES como principal parceiro, tendo desembolsado no exercício social findo em 31/12/2014 recursos de aproximadamente R\$ 187,2 milhões comparado a R\$ 51,9 milhões no exercício findo em 31/12/2013. Em 31 de março de 2013 foram aproximadamente R\$ 148,7 milhões.

**(c) grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas contraídas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas.

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são garantidos por fianças ou ainda pelos próprios ativos objeto de financiamento.

Os empréstimos e financiamentos com garantias reais totalizavam R\$ 784.710 em 31 de dezembro de 2014.

**(d) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

A Companhia e suas controladas substituíram o índice financeiro nos contratos de FINAME junto ao BNDES: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ICSD não inferior a 1,2x, em dezembro de 2014, por fianças bancárias de alguns bancos de

primeira linha. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 a companhia não possui obrigação de apresentar limites financeiros e restrições de endividamento junto ao emissor.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

As dívidas da Companhia, ou de suas controladas, são destinadas a financiamentos dos investimentos no ativo imobilizado, captadas via BNDES em operações de FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por instituição financeira e FINEM – Financiamento a Empreendimentos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados e outras garantias.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$ 115,8 milhões. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante era de R\$ 187,8 milhões.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

O exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi caracterizado, principalmente, pela alteração do exercício social, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2013, que compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, sendo que o exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2013 terá excepcionalmente nove meses (iniciado em 1º de abril de 2013 e encerrado em 31 de dezembro de 2013).

**10.2 - Resultado Operacional e Financeiro**

**a. Resultados das nossas operações:**

***i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita***

A receita líquida da Companhia é composta pela administração de sua subsidiária Rumo Logística, que oferece uma solução logística integrada para exportação de açúcar e outras *commodities* agrícolas composta por serviços de transporte, armazenagem e elevação portuária.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Alguns fatores afetaram os resultados das operações das controladas da Companhia, entre eles:

- Crescimento da capacidade de transporte e elevação portuária, fruto dos investimentos realizados desde a criação da Rumo.
- Expansão dos Mix de rotas operados.
- Execução e cumprimento do contrato com o concessionário para o transporte de açúcar pelo modal ferroviário.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia afirmam que os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, nos exercícios encerrados em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2013, deveram-se, principalmente, ao aumento nos volumes operados e às variações nos custos de frete das operações de nossa controlada.

O exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi caracterizado, principalmente, pela alteração do exercício social, que compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, sendo que o exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2013 teve excepcionalmente nove meses (iniciado em 1º de abril e encerrado em 31 de dezembro de 2013) e o seu exercício comparativo é de doze meses (iniciado em 1º de abril de 2012 e encerrado em 31 de março de 2013).

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades, além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**c. eventos ou operações não usuais.**

Conforme mencionado no quadro 3.3 e 6.7 deste Formulário de Referência, a controlada da Companhia, Rumo Logística, fez uma proposta para incorporação das ações da ALL - América Latina Logística S.A. (“ALL”), a qual já recebeu as aprovações societárias da ALL e da Rumo Logística, bem como de aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, restando apenas a conclusão da alteração do controle societário e incorporação de ações da ALL pela Rumo. Nesse contexto, a Diretoria pode afirmar que, caso a proposta seja aceita e aprovada, suas demonstrações financeiras e seus resultados serão afetados, uma vez que a Companhia é controladora direta da Rumo Logística. Contudo, no atual estágio, não é possível prever o impacto potencial da aceitação da proposta, principalmente por conta da necessidade de aprovação dos órgãos reguladores supracitados.

**10.4 – Comentários dos diretores acerca:**

**a) das mudanças significativas nas práticas contábeis:**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Para o exercício social de 31 de dezembro de 2014 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi caracterizado, principalmente, pela alteração do exercício social, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2013, que compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, sendo que o exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2013 terá excepcionalmente nove meses (iniciado em 1º de abril e encerrado em 31 de dezembro de 2013).

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Conforme informado no item 10.4 (a) acima, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi caracterizado, principalmente, pela alteração do exercício social, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2013, que compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, sendo que



o exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2013 terá excepcionalmente nove meses (iniciado em 1º de abril e encerrado em 31 de dezembro de 2013).

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer dos Auditores Independentes:**

Não houve ressalvas no parecer emitido pelos Auditores Independentes para os últimos exercícios.

**10.5 – Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia, controladas e controladas, em conjunto.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados em nossas demonstrações financeiras sob a IFRS são:

– Contas a receber de clientes: A provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) é constituída quando não ocorre o recebimento de contas a receber de clientes no prazo igual ou superior a 90 dias. A PCLD deverá ser contabilizada em montante igual à perda que tais valores podem provocar, independentemente da adoção de critérios e limites estabelecidos pela legislação fiscal. A justificativa para tal procedimento é que os créditos devem figurar no balanço por seu valor líquido provável de realização, independente de sua origem, tipo de operação ou devedor. O conservadorismo pode até justificar a adoção de limites fiscais, desde que a diferença entre este valor e a estimativa de perda provável não seja relevante.

Os créditos cobertos por garantias reais não podem ser incluídos entre aqueles considerados como base para cálculo da PCLD, mas se a garantia se mostrar insuficiente para a completa cobertura do crédito atualizado, o diferencial deve ser considerado.

– Imobilizado e Intangível: Os cálculos da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados são baseados em estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo dos ativos intangíveis e imobilizados adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Para 2014 não identificou tais indicadores. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio.

– Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

– Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticados no mercado, sempre que possível, mas, se isso não for viável, um grau de julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento inclui considerações sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### **10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

##### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”) – 2013.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do “*COSO*” *framework* de 2013.

**a) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Na opinião da Administração e tendo como base as diretrizes de boas práticas em estrutura de controles internos definidas pelo *Committee of Organizations of the Treadway Commission* (COSO) – 2013, o sistema de controles internos é eficaz, mitigando riscos potenciais que possam impactar de forma relevante a acuracidade das informações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar.**

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Em virtude da cisão parcial dos ativos de logística da Cosan S.A Indústria e Comércio, em 6 de outubro de 2014, ocorreu a iniciação da negociação das ações de emissão da Cosan Logística S.A. na BM&FBovespa sob o código RLOG3, bem como o início de negociação ex-cisão com as ações de emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio.

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde nossa constituição.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde nossa constituição.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde nossa constituição.

**10.8 Descrições dos diretores de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos anos.

**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos anos.

**10.10 - Plano de negócios**

**a. Investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2014, através de sua controlada Rumo Logística, a Companhia investiu R\$ 273,6 milhões nas seguintes iniciativas: (i) melhorias no terminal de Santos, que incluem a obra da cobertura do cais (em andamento), construção de moega ferroviária de alta performance (em andamento) e reforma para aumento da capacidade dos armazéns; (ii) reforma e duplicação de vias permanentes na malha ferroviária da América Latina Logística - ALL; (iii) investimentos nos terminais de transbordo no interior; (iv) aquisição de novos vagões; e (v) outras iniciativas.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística advém de linhas de crédito que a Companhia obteve junto ao BNDES e o próprio caixa gerado pela Companhia.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos significativos em andamento ou previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

A Companhia investiu na sua controlada Rumo Logística, juntamente com terceiros, uma cobertura em um dos seus dois terminais portuários de navios em Santos, a qual ainda está em fase de construção, que possibilitará carregar navios com cargas a granel em dias de chuva.

Historicamente, a cidade de Santos conta com 120 dias de chuvas por ano, período que geralmente não é possível o carregamento dos navios. A conclusão deste projeto está prevista para 2014 e levará a capacidade de elevação nos terminais, em conjunto com outros investimentos, para 19 milhões de toneladas até o ano de 2016.

**c. novos produtos e serviços**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

## ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO

(conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

---

### **1. Informar o lucro líquido do exercício**

R\$ 104.311.621,27 (cento e quatro milhões, trezentos e onze mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos),

### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

A Administração propõe o pagamento de dividendos no montante de R\$ 24.774.010,05 (vinte e quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil, dez reais e cinco centavos), referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014; e, o saldo remanescente, proveniente da distribuição da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 74.322.030,15 (setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, trinta reais e quinze centavos). O valor de dividendos por ação é de R\$ 0,061041.

### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Conforme descrito no item precedente, a Administração propõe a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

### **4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Administração deliberou o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 187.500.000,00 (cento e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais) valor este alocado na conta de reserva de retenção de lucros da Companhia. Estes dividendos foram liquidados em dois pagamentos iguais de R\$ 93.750.000,00 ocorridos em 19 de maio de 2014 e 19 de setembro de 2014. O valor de dividendos por ação é de R\$ 0,461986.

### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

#### **a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não foram declarados juros sobre o capital próprio. O montante de dividendos destinados, conforme item 2 acima é correspondente apenas às ações ordinárias.

#### **b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital**

**próprio**

Caso aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento dos dividendos deverá ser realizado em dinheiro, em até 60 (sessenta) dias contados da data da referida Assembleia.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não existe previsão para atualização sobre os dividendos propostos.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Será a data da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2015.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores****a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:****a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

<u>Exercício</u> <u>findo em</u>	<u>Lucro</u> <u>líquido</u> Em R\$ mil	<u>Lucro</u> <u>por Ação</u> Em R\$/Ação
31/03/2013	13.751	0,015
31/12/2013	120.819	0,129
31/12/2014	104.312	0,257

**b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

<u>Exercício</u> <u>findo em</u>	<u>Dividendos</u> <u>Declarado</u>	<u>Dividendos</u> <u>por ação</u>
-------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------



	Em R\$ mil	Em R\$
31/03/2013	3.266,0	0,003475
31/12/2013	28.694,4	0,030534
31/12/2014	24.774,0	0,061041

Não foram distribuídos juros sobre o capital próprio nos últimos 3 exercícios.

## **8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

### **a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

R\$ 5.215.581,06 (cinco milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e oitenta e um reais e seis centavos).

### **b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A reserva legal foi calculada considerando 5% do lucro líquido do exercício (R\$ 104.311.621,27).

## **9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

### **a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

### **b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

### **c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

### **d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

### **e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

## **10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme definido no artigo 29 do estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício social ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Conforme descrito acima, os dividendos objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2015, compreendem o pagamento integral do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não houve montante retido de dividendo mínimo obrigatório

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

### **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

#### **a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

#### **b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

### **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

#### **a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Conforme o artigo 29 do estatuto social, é proposto que o valor remanescente do resultado contábil do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 seja destinado à Reserva Especial da Companhia, visando reforçar o capital de giro, financiar a manutenção e a expansão do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, formada com até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

#### **b. Identificar o montante destinado à reserva**

R\$ 74.322.030,15 (setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, trinta reais e quinze centavos).

#### **c. Descrever como o montante foi calculado**

O montante a ser destinado à Reserva Especial corresponde ao valor remanescente do lucro líquido, excluindo a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório conforme requerido pelo artigo 29 do estatuto da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### **15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

#### **a. Identificar o montante da retenção**

Não houve retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com base no art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não foi declarado destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não foi declarado destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**ANEXO III - REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES – Item 13 do  
Formulário de Referência**

---

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A política de remuneração da Companhia tem por principal objetivo estabelecer incentivos para que seus administradores superem as metas da Companhia e desempenhem suas funções de forma a gerar valor aos seus acionistas, tanto no curto quanto no médio e longo prazos.

A remuneração dos administradores da Companhia está alinhada as práticas de mercado, podendo ser composta por elementos fixo e variável.

**b) composição da remuneração, indicando:**

*I. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

**Conselho de Administração**

Atualmente, os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração pela função que desempenham nesta Companhia.

Alguns membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração suportada por sociedade controladora pela função que desempenham nesta sociedade.

**Diretoria Estatutária**

Atualmente, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração pela função que desempenham nesta Companhia.

Alguns membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração suportada por sociedade controladora pela função que desempenham nesta Companhia.

**Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal não foi instalado na Companhia, desta forma, não há atualmente qualquer membro que faça jus a remuneração por este órgão.

Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na Companhia, sua remuneração será composta integralmente por elemento fixo, sendo determinada pelo Conselho Fiscal e deverá estar atrelada ao montante exigidos pela legislação pertinente.

## Comitês

Atualmente, somente o Comitê de Auditoria foi instalado, sendo este responsável pela execução das atividades de Auditoria estabelecidas na regulamentação em vigor e em seu regimento interno.

### *II. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, atualmente, não fazem jus à remuneração suportada pela função que desempenham nesta Companhia.

### *III. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, atualmente, não fazem jus à remuneração suportada pela função que desempenham nesta Companhia. Caso os membros venham a ter remuneração suportada por esta Companhia, esta procurará seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a companhia atua e coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores. Fica a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual.

### *IV. Razões que justificam a composição da remuneração*

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, atualmente, não fazem jus à remuneração suportada pela função que desempenham nesta Companhia.

Caso os membros venham a ter remuneração suportada por esta companhia, esta procurará seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a companhia atua e coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores

### **c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, atualmente, não fazem jus à remuneração suportada pela função que desempenham nesta Companhia.

### **d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, atualmente, não fazem jus à remuneração suportada pela função que desempenham nesta Companhia.

### **e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, atualmente, não fazem jus à remuneração suportada pela função que desempenham nesta Companhia.

**f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração suportada por sociedade controladora pela função que desempenham nesta Companhia.

**g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	4,00	3,83	-	7,83
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	NA	NA	-	NA
- Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	-	NA
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	-	NA
- Outros	NA	NA	-	NA
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	NA	-	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA		NA
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA		NA
- Comissões	NA	NA		NA
- Outros	NA	NA		NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA		NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	-	NA
Remuneração Baseada em Ações	NA	NA	-	NA
Total (R\$)	NA	NA	-	NA



Exercício social encerrado em 31/12/2013 (1)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3,00	3,00	-	6,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	NA	NA	-	NA
- Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	-	NA
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	-	NA
- Outros	NA	NA	-	NA
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	NA	-	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA		NA
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA		NA
- Comissões	NA	NA		NA
- Outros	NA	NA		NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA		NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	-	NA
Remuneração Baseada em Ações	NA	NA	-	NA
<b>Total (R\$)</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>-</b>	<b>NA</b>

(1) Em vista da alteração do período social da Companhia, os dados apresentados se referem ao período de 01/04/2013 a 31/12/2013 (9 meses)

Exercício social encerrado em 31/03/2013 (1)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3,00	3,00	-	6,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	NA	NA	-	NA
- Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	-	NA
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	-	NA
- Outros	NA	NA	-	NA
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	NA	-	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA	-	NA
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	-	NA
- Comissões	NA	NA	-	NA
- Outros	NA	NA	-	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	-	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	-	NA
Remuneração Baseada em Ações	NA	NA	-	NA
<b>Total (R\$)</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>-</b>	<b>NA</b>

(1) Os dados apresentados se referem ao período de 01/04/2012 a 31/03/2013 (12 meses)

Exercício social a encerrar em 31/12/2015 (1)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,00	5,00	-	11,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	3.300.000,00	NA	-	3.300.000,00
- Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	-	NA
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	-	NA
- Outros	NA	NA	-	NA
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável Anual				
- Bônus <sup>(2)</sup>	6.700.000,00	NA	-	6.700.000,00
- Participação nos Resultados	NA	NA		NA
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA		NA
- Comissões	NA	NA		NA
- Outros	NA	NA		NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA		NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	-	NA
Remuneração Baseada em Ações	NA	NA	-	NA
<b>Total (R\$)</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>NA</b>	<b>-</b>	<b>10.000.000,00</b>

(1) Os dados apresentados se referem a previsão para o exercício social de 01/01/2015 a 31/01/2015.

**13.3. Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

<b>Exercício social a encerrar em 31/12/2015 (1)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>6,00</b>	<b>5,00</b>	<b>-</b>	<b>11,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>6.700.000,00</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>6.700.000,00</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>

(1) Os dados apresentados se referem a previsão para o exercício social de 01/01/2015 a 31/12/2015.

<b>Exercício social a encerrado em 31/12/2014</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>4,00</b>	<b>3,83</b>	<b>NA</b>	<b>7,83</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>

<b>Exercício social a encerrado em 31/12/2013 (1)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>NA</b>	<b>6,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>

(1) Em vista da alteração do período social da Companhia, os dados apresentados se referem ao período de 01/04/2013 a 31/12/2013 (9 meses)

<b>Exercício social a encerrado em 31/03/2013 (1)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>-</b>	<b>6,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>

(1) Os dados apresentados se referem ao período de 01/04/2012 a 31/03/2013 (12 meses)

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

**a. termos e condições gerais:**

O Plano de Opção de Compra de Ações atualmente em vigor, instituído nos termos do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, foi devidamente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de outubro de 2014.

O objetivo do Plano é atrair e reter executivos da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, concedendo a eles a oportunidade de se tornarem acionistas. Com isso, é esperado obter-se um maior alinhamento de tais executivos com os interesses dos acionistas.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criará, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), em que serão definidos os Beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, o preço de exercício, observado o disposto no item 5 abaixo, os prazos para o exercício da opção, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá agregar novos Beneficiários aos Programas em curso, determinando o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir e ajustando o Preço de Exercício.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (a) o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (b) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (c) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições;
- (d) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências contratuais, legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Nenhuma disposição do Programa ou do Contrato conferirá, a qualquer Beneficiário, direitos com respeito à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.



O Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere o Plano, com respeito às opções. O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações decorrentes do exercício das opções.

**b. principais objetivos do plano:**

O plano tem como principais objetivos (i) estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, permitindo aos executivos adquirir ações da Companhia; e (ii) possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos, oferecendo a tais indivíduos uma vantagem adicional e a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

**c. forma como o plano contribui para esses objetivos:**

O plano contribui para os objetivos acima expostos na medida em que a possibilidade de aquisição de ações de emissão da Companhia sob condições diferenciadas permite que se criem incentivos consideráveis para que os executivos busquem comprometer seus recursos para adquirir ações. Assim, espera-se que os participantes busquem contribuir para a criação de valor no longo prazo, na medida em que seus ganhos dependerão da valorização das ações também no longo prazo. A possibilidade de que se obtenha tais ganhos, por outro lado, deverá proporcionar a retenção destes executivos.

**d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:**

O plano está inserido na política de remuneração da Companhia de modo a dar importância considerável ao atendimento de objetivos de prazo maior, fazendo com que parte da remuneração dos executivos esteja vinculada ao desempenho da Companhia e aos interesses dos seus acionistas. Parte do valor atribuído aos administradores da Companhia depende dos indicadores de seu desempenho, sendo o Plano um componente substancial desta política de remuneração.

**e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:**

Em relação ao plano em vigor, há um prazo mínimo de carência e um limite máximo anual da parcela de opções que poderão ser exercidas, cujas diretrizes serão estabelecidas pelo Conselho de Administração. Os administradores deverão buscar o aumento de seus rendimentos pessoais também pela venda futura destas ações, a preço maior do que o pago para exercício das opções. Espera-se, com isso, que cada participante contemplado sinta-se responsável pelo crescimento da Companhia e pelos seus objetivos, de forma que apenas aufera ganho na medida dos ganhos dos acionistas.

**f. número máximo de ações abrangidas:**

Para o Plano vigente as opções outorgadas devem respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

**g. número máximo de opções a serem outorgadas:**

O Plano aprovado não menciona o número máximo de opções a serem outorgadas. O Conselho de Administração da Companhia irá aprovar o número máximo de opções a serem outorgadas.

**h. condições de aquisição de ações:**

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações, quando celebrados.

**i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:**

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos.

O preço de emissão das ações (ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções) (sendo “subscrição” e “compra” referidas, em conjunto, como “aquisição” para os efeitos deste Plano), será determinado pelo Conselho de Administração, ou Comitê, conforme o caso, e será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, anteriores à concessão da opção, podendo ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso (“Preço de Exercício”).

O Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, poderá determinar quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido um desconto de até 20% (vinte por cento) no Preço do Exercício. A concessão de desconto em um determinado programa não obrigará que o mesmo percentual seja aplicado em Programas posteriores. O Preço de Exercício poderá ser pago pelos Beneficiários à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção; ou na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sendo no mínimo o pagamento de 10% (dez por cento) do valor total à vista.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outras devoluções de capital por Ação, pagos pela Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

**j. critérios para fixação do prazo de exercício:**

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados entre a Companhia e seus beneficiários.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criará periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), em que serão definidos os Beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da

outorga em lotes, se for o caso, os prazos para o exercício da opção, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

**k. forma de liquidação:**

O Preço de Exercício poderá ser pago pelos Beneficiários à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção; ou na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sendo no mínimo o pagamento de 10% (dez por cento) do valor total à vista.

Do Preço de Exercício, serão deduzidos o valor dos dividendos, os juros sobre o capital próprio e outras devoluções de capital por Ação, pagos pela Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

**l. restrições à transferência das ações:**

O Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano.

**m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:**

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações.

**n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

**i. Término do Contrato de Trabalho ou do Mandato do Beneficiário por Justa Causa**

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por justa causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

**ii. Término do Contrato de Trabalho ou do Mandato sem Justa Causa**

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário sem justa causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

**iii. Demissão ou Renúncia Voluntária do Beneficiário**

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por pedido de demissão ou renúncia voluntária, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

#### **iv. Aposentadoria do Beneficiário**

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário por sua aposentadoria, definida neste Plano como a completa e definitiva interrupção de suas atividades profissionais de caráter econômico, seja junto à Companhia ou outro empregador, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

#### **v. Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário**

Se o Beneficiário tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes de parte das opções serão exercíveis, pelo período e de acordo com as condições determinadas no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre a Companhia e seus beneficiários. Se o Beneficiário falecer, os direitos decorrentes de parte das opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores, que poderão exercê-los pelo período e de acordo com as condições determinadas no respectivo Contrato.

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

		<b>Exercício encerrado em 31/12/2014</b>			
<b>Sociedade</b>	<b>Categoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Cosan S.A. Indústria e Comércio</b>	Ações ordinárias	19.133.929	-	NA	19.133.929
	Opções de compra de ações	380.000	580.000	NA	960.000
<b>Cosan Limited</b>	Ações ordinárias A	35.000	NA	NA	35.000
	Ações ordinárias B	NA	NA	NA	NA
	BDRs	NA	NA	NA	NA
<b>Cosan Logística S.A.</b>	Ações ordinárias	8.203	2	NA	8.205

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

<b>Exercício social iniciado em 01/01/2015 (previsão)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	3	3	6
<b>Outorga de opções de compra de ações</b>			
<b>Data de outorga</b>	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013
<b>Quantidade de opções outorgadas</b>	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
<b>Preço médio ponderado do exercício</b>			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1) R\$ 2,63 Programa 2) R\$ 5,07	Programa 1) R\$ 2,63 Programa 2) R\$ 5,07	
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga <sup>(1)</sup>	Programa 1) R\$ 1,71 Programa 2) R\$ 0,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) ou R\$ 1,94 (tranche B) Programa 2) R\$ 0,68	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas <sup>(2)</sup>	0,55%	1,51%	

<b>Exercício social encerrado em 31/12/2014</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	3	3	6
<b>Outorga de opções de compra de ações</b>			
<b>Data de outorga</b>	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013
<b>Quantidade de opções outorgadas</b>	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado do exercício			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1) R\$ 2,63 Programa 2) R\$ 5,07	Programa 1) R\$ 2,63 Programa 2) R\$ 5,07	
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) R\$ 2,55 Programa 2) R\$ 4,84	Programa 1) R\$ 2,55 Programa 2) R\$ 4,84	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga <sup>(1)</sup>	Programa 1) R\$ 1,71 Programa 2) R\$ 0,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) ou R\$ 1,94 (tranche B) Programa 2) R\$ 0,68	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas <sup>(2)</sup>	0,55%	1,51%	

Para os exercícios sociais anteriores ao encerrado em 31/12/2004 a companhia não possuía plano de opção de compra de ações.

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

<b>Exercício social encerrado em 31/12/2014</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	Programa 1) 1.007.600 Programa 2) 160.000	Programa 1) 3.572.400 Programa 2) 160.000	Programa 1) 4.580.000 Programa 2) 320.000
Data em que se tornarão exercíveis	Programa 1) 19/08/2014 Programa 2) 20/05/2018	Programa 1) 19/08/2014 Programa 2) 20/05/2018	Programa 1) 19/08/2014 Programa 2) 20/05/2018
Prazo máximo para o exercício das opções	Programa 1) 19/08/2018 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 19/08/2018 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 19/08/2018 Programa 2) 20/05/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado do exercício	Não há	Não há	Não há
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Não há	Não há	Não há
<b>Opções exercíveis</b>			
Quantidade	Programa 1) 300.000 Programa 2) Não há	Programa 1) 660.000 Programa 2) Não há	Programa 1) 960.000 Programa 2) Não há
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 Programa 2) 20/05/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Programa 1) R\$ 1,71 Programa 2) R\$ 0,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) ou R\$ 1,94 (tranche B) Programa 2) R\$ 0,68	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 513.000,00	R\$ 1.280.400,00	R\$ 1.793.400,00



**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:**

Até o exercício encerrado em 31/12/2014 não houve exercício de opções e nem ações entregues aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:**

**a. modelo de precificação**

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano é precificado com base no Modelo Binomial para refletir a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

O modelo parte da premissa básica de que o comportamento do preço de uma ação em períodos futuros pode ser aproximado por duas trajetórias possíveis: uma ascendente e outra descendente. Deste modo, é construída uma árvore de trajetórias para o preço da ação. O fator ascendente e o fator descendente são determinados a partir da volatilidade da ação e pelo intervalo de tempo entre os passos de árvore. As trajetórias para o preço da ação são determinadas até o vencimento. No período final, a regra de decisão do titular da opção é entre exercer ou não a opção.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.**

**Data de cálculo**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

**Preço médio ponderado das ações**

O preço das ações da Companhia, considerado com base no cálculo do valor das respectivas opções, é o valor de mercado das ações dos últimos 30 pregões na data de outorga.

**Volatilidade esperada**

Veja item 13.9. “d” abaixo.

### **Prazo de vida da opção**

As opções de compra de ações podem ser divididas em duas Tranches, sendo os prazos e regras de exercício definidos no parágrafo abaixo.

Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de 5 anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2016.

Tranche B - A segunda tranche segue o mesmo racional da primeira, com diferença do número de lotes, que se divide em 10 (dez) lotes de 1/10 (um décimo) das ações ofertadas em cada período. A cada ano um lote é liberado para que o Beneficiário possa exercer sua opção e o último lote fica disponível em 19 de agosto de 2021.

### **Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)**

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações.

### **Taxa de juros livre de risco**

A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBovespa na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

### **c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável.

### **d. forma de determinação da volatilidade esperada**

A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atual em ramos de negócios similares, para as quais existem informações sobre preço das ações ou de opções disponíveis, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia após a formação da Raízen.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Todas as características utilizadas na mensuração do valor justo das opções estão descritas acima.

### **13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:**

O plano de previdência privada entrou em vigor em 01/07/2011 sob o nome de Plano de Aposentadoria Futura e é administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Privada e patrocinado pelas empresas Cosan, exceto Raízen. Ele é oferecido a todos os seus empregados, independente de nível salarial e hierárquico, ou do tempo de serviço.

Este plano é oferecido na modalidade de Contribuição Definida, onde o benefício oferecido será diretamente proporcional ao que foi acumulado e capitalizado ao longo do tempo. Os participantes do plano poderão fazer dois tipos de contribuição: Básica e Voluntária.

Na Contribuição Básica, o valor será calculado com base em um percentual inteiro, a ser definido pelo Participante, que pode variar de 0% a 11%, a ser aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 10 URs (R\$ 3.161,10 em janeiro de 2014). A patrocinadora fará contribuição igual a 100% da contribuição básica do participante.

A Contribuição Voluntária é opcional e poderá ser equivalente à aplicação de um percentual inteiro, definido pelo participante, sobre o salário de participação, bônus ou participação nos lucros. Também, o participante poderá contribuir com qualquer valor expresso em Reais.

São assegurados pelo Plano de Aposentadoria Futura os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional deferido e benefícios mínimos.

Os recursos do plano serão investidos em aplicações diferenciadas entre renda fixa e variável, a critério e responsabilidade do participante. Este deverá optar por um dos perfis de investimento: Conservador, Moderado ou Agressivo.

Em caso de desligamento do participante, este poderá continuar participando do plano, resgatar seus recursos ou portá-los para outra entidade de previdência complementar.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária desta companhia somente poderão participar do plano se também forem administradores de outra sociedade patrocinadora do Plano de Aposentadoria Futura.

**13.11. Indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

Informação não divulgada em virtude da medida liminar concedida em 2 de março de 2010, pelo juízo da 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na Ação de Procedimento Ordinário nº 2010.5101002888-5 movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro (“IBEF-RJ”), ao qual a Companhia é associada.

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.



**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Encerrado em 31/12/2014	0%	0%	0%
Encerrado em 31/12/2013	0%	0%	0%
Encerrado em 31/03/2013	0%	0%	0%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercício sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.**

Não houve qualquer remuneração paga a membros dos órgãos da Companhia por outras razões que não a função que ocupam.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercício sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração pela função que desenvolvem na Companhia reconhecida no resultado de seus controladores diretos e indiretos, controladas do emissor e sociedades sob controle comum.

Aos membros da Diretoria Estatutária são concedidas opções de compra de ações da controladora Cosan S/A Indústria e Comércio.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 foram descritas nos itens acima.

## ANEXO IV

*(conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)*

---

### **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

### **12.6 / 8 - Composição e experiência profissional dos membros indicados para compor o conselho de administração.**

<b>Membros do Conselho de Administração</b>					
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data de eleição</b>	<b>Término do mandato</b>
Rubens Ometto Silveira Mello	Engenheiro	65 anos	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2015	29/04/2017
Marcos Marinho Luz	Engenheiro	45 anos	Vice Presidente do Conselho de Administração	30/04/2015	29/04/2017
Marcelo Eduardo Martins	Administrador	48 anos	Conselheiro	30/04/2015	29/04/2017
Marcelo de Souza Scarcela Portela	Advogado	54 anos	Conselheiro	30/04/2015	29/04/2017
Burkhard Otto Cordes	Administrador	39 anos	Conselheiro	30/04/2015	29/04/2017
Hélio França Filho	Economista	56 anos	Conselheiro	30/04/2015	29/04/2017
Mailson Ferreira da Nóbrega	Economista	72 anos	Conselheiro	30/04/2015	29/04/2017

### **RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO - 412.321.788-53**

Sr. Mello é Presidente do Conselho de Administração desta Companhia, Cosan S.A e da Cosan Limited e CEO da Cosan Limited. É graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1972). O Sr. Rubens tem mais de 30 anos de experiência na gestão de grandes empresas, acumulada nas áreas administrativa e financeira. É também Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Costa Pinto S.A. desde 1980, Presidente do Conselho de Administração da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. desde 1998, e Diretor e Presidente do Conselho de Administração da Aguassanta Participações S.A. desde 2005. Ocupa também a posição de Conselheiro na ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo. Antes de ingressar no Grupo Cosan, o Sr. Rubens atuou de 1971 a 1973, como Assessor da Diretoria do UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. e de 1973 a 1980 como Diretor Financeiro das Indústrias Votorantim S.A.

### **MARCOS MARINHO LUTZ - 147.274.178-12**

Sr. Marcos é membro de nosso conselho de administração. Ele foi diretor executivo da Cosan S.A. desde novembro de 2009 e atuou como diretor comercial desde 2006. O Sr. Marcos é formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui mestrado em administração de empresas pela Kellogg Graduate School of Management, da Northwestern University. De 2002 a 2006, foi o diretor-executivo da infra- estrutura e energia da CSN (SID) e membro do conselho da MRS Logística, CFN Railways e Itá Energética, também atuou como diretor de operações da Ultracargo S.A. afiliada de logística do Grupo Ultra.

### **MARCELO EDUARDO MARTINS - 084.530.118-77**

Sr. Marcelo é membro do nosso Conselho de Administração. Ele foi diretor vice presidente financeiro e de relação com investidores da Cosan S.A.. O Sr. Marcelo é bacharel em administração de negócios pela Fundação Getúlio Vargas, especializado em finanças. Ingressou no grupo Cosan em julho de 2007 como executivo da Aguassanta Participações S.A. e atuou como Diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Cimentos entre julho de 2003 e julho de 2007. Antes disso, comandou o departamento de Renda Fixa Latinoamericana do Salomon Smith Barney em Nova Iorque.

**MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA - 023.502.188-13**

Sr. Marcelo é membro do nosso Conselho de Administração e diretor Vice Presidente Jurídico. O Sr. Marcelo é graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983), mestre em direito comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1988) com especialização pela McGill University Law School em Montreal, Canadá (1990). Prestava serviços à Companhia nas áreas societária, contenciosa, contratual e consultiva, além de prestar assistência no campo do Direito Comercial e Civil em geral.

**BURKHARD OTTO CORDES - 286.074.808-39**

Sr. Burkhard é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2005. É graduado em Administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1997), e pós-graduado (MBA em finanças) pelo IBMEC, em São Paulo (2001). O Sr. Burkhard atua no mercado financeiro há sete anos. Trabalhou no Banco BBM SA, empresa do Grupo Mariani, atuando na área comercial com o foco em *middle market e Corporate*. Atualmente ocupa o cargo de gerente financeiro, tendo anteriormente trabalhado na área financeira da IBM Brasil.

**HELIO FRANÇA FILHO - 667.149.587-49**

O Sr. Helio Franca é membro independente do Conselho. Graduado em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), tem assento no Conselho de Administração desde agosto de 2009. Integrou-se ao Illiquid Strategies Group, no Gávea, em abril de 2007, com foco no setor de commodities. Com mais de 20 anos de experiência no setor de commodities, iniciou sua carreira profissional no Grupo Sucre & Denrees, entre 1984 e 1985, negociando contratos de café, açúcar e cacau. Em seguida, ingressou no Grupo Louis Dreyfus, em Nova York, onde, de 1985 a 1996, atuou como encarregado do mercado de açúcar e álcool da América Latina. De 2000 a 2007, foi diretor das operações brasileiras para o Grupo Noble, uma trading de commodities listada nas bolsas da Inglaterra e de Cingapura. O executivo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

**MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA - 043.025.837-20**

Sr. Maílson é nosso membro independente do Conselho de Administração. O Sr. Maílson é economista e ocupou o cargo de Ministro da Fazenda entre 1988 e 1990 após construir uma extensiva carreira no Banco do Brasil e no setor público, nos quais se destacam as seguintes posições: Consultor Técnico e Chefe do Departamento de análises de Projetos do Banco do Brasil; Coordenador Chefe Assuntos Econômicos do Ministério da Indústria e Comércio e Secretário Geral do Ministério da Fazenda. Atuou como Diretor Presidente do Banco Europeu Brasileiro - EUROBRAZ, em Londres. O Sr. Nóbrega também é membro do Conselho de Administração das seguintes companhias: Abyara Planejamento Imobiliário, CSU Cardsystem SA, Grendene SA, Portobello S.A., Rodobens Negócios Imobiliários SA, Tim Participações SA e Veracel Celulose SA.

**12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:**

**a) administradores da Companhia:**

O Sr. Burkhard Otto Cordes é genro do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello.

**b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia**

O Sr. Burkhard Otto Cordes é genro do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello.

**c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

O Sr. Burkhard Otto Cordes é genro do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello.

**d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

O Sr. Burkhard Otto Cordes é genro do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello.



**12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os administradores da Companhia:**

**a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

Os administradores da Companhia Rubens Ometto Silveira Mello, Marcelo de Souza Scarcela Portela, Marcelo Eduardo Martins e Burkhard Otto Cordes exercem cargos de Diretores e/ou membros do Conselho de Administração de diversas companhias controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

Os administradores da Companhia Helio França Filho e Mailson Ferreira da Nóbrega não possuem relação de subordinação, prestação de serviço ou controle de companhias controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

**b) controlador direto ou indireto da Companhia**

Os administradores da Companhia Rubens Ometto Silveira Mello, Marcos Marinho Lutz, Marcelo Eduardo Martins, Marcelo de Souza Scarcela Portela e Burkhard Otto Cordes, são também membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria da controladora direta da Companhia, Cosan Limited.

Os administradores Helio França Filho e Mailson Ferreira da Nóbrega não possuem relação de subordinação, prestação de serviço ou controle junto ao controlador direto ou indireto da Companhia.

**c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não há.